



A região do Algarve, e o concelho de Vila do Bispo em particular, com a sua localização privilegiada, tem-se assumido como uma área de excelência para o desenvolvimento de projectos desta natureza. Refira-se que até à data estão em funcionamento três parques eólicos, nomeadamente: Parques Eólicos de Picos Verdes I e II e Parque Eólico de Fonte dos Monteiros, e que há manifesto interesse de se explorar mais este sector na região.

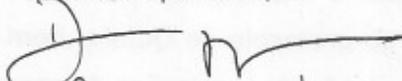
Sobre esta matéria, tomaram conhecimento os signatários que o município de Vila do Bispo não se pronunciou sobre a instalação do projecto designado "Parque Eólico do Monte do Tolo", com 21 aerogeradores de 2MW. A localização apresentada enquadra-se numa área onde já se encontram em funcionamento os restantes parques eólicos. O projecto teve Declaração de Impacte Ambiental favorável "condicionado", emitido pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional emitido em 15 de Março de 2006.

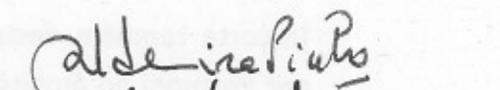
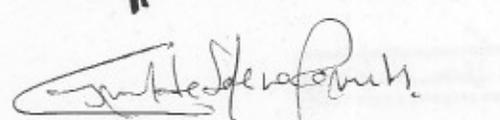
Constata-se que o município foi sempre sensível à aposta nas energias renováveis que influencia positivamente a economia local, dado que 2,5% da facturação anual do parque eólico constituem receitas directas para o concelho.

Face ao exposto, e ao abrigo dos preceitos regimentais e constitucionais aplicáveis, requeremos à Câmara Municipal de Vila do Bispo os seguintes esclarecimentos:

1. Como se enquadra o projecto do Parque Eólico do Monte Tolo, atendendo à sua localização e às condicionantes do Plano Director Municipal, na utilização definida para esse solo?
2. Qual o parecer emitido pela autarquia aquando do debate público para emissão da Declaração de Impacte Ambiental do projecto em epígrafe?
3. Qual a posição oficial da autarquia sobre a criação do Parque Eólico do Monte do Tolo?

Os Deputados,


José Craveiro
José Nunes


Almeida e Silva
Fátima Pacheco




MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

26/12/2006

REQUERIMENTO 22/X-2.ª-AL
(20/12/2006)

Assunto: Parque Eólico de Monte Tolo, Vila do Bispo

Apresentado pelos Deputados: David Martins, João Cravinho, Aldemira Pinho, Jovita Ladeira, Hugo Nunes e Esmeralda Ramires do Círculo Eleitoral de Faro

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República,

É do conhecimento público que Portugal sofre de uma forte dependência de recursos energéticos, que atinge os 85%, sendo o valor superior à média da União Europeia. Esta situação tende a agravar-se considerando o aumento do consumo, e a factura da importação também subirá devido aos acréscimos motivados pela permanente aumento do preço do petróleo.

Sobre o domínio da energia, determinou o XVII Governo no seu programa definir como objectivos estratégicos para a legislatura, entre outros, os seguintes: 1) estimular a rápida modernização do sistema electroprodutor; 2) assumir uma reforçada ambição no desenvolvimento da produção de electricidade a partir de fontes renováveis; e, 3) apostar na eficiência energética, particularmente quando ligada a ganhos ambientais.

Ainda neste âmbito, e de acordo com a Estratégia Nacional para a Energia, aprovada em Resolução de Conselho de Ministros n.º 169/2005, Portugal "deve assegurar, em 2010, a produção de 39% de energia eléctrica final com fontes renováveis de energia". Para o efeito, é imprescindível que a aposta se faça na energia eólica, onde Portugal tem uma grande tradição.

Importa também destacar a importância de cumprir os compromissos assumidos por Portugal no âmbito do protocolo de Quioto, bem como as medidas previstas no PNAC, que visam uma redução das emissões de gases com efeitos de estufa.

